

90 DIAS DE LUTA

O momento era de avanço da luta via greve nacional ou de acumulação de forças via outras formas de lutas para negociação?

Pág. 3



RETROCESSO NA DEMOCRACIA

Mais uma vez os servidores públicos federais se depararam com uma triste e preocupante realidade: a judicialização do movimento grevista

Pág. 2

A GREVE NA FASUBRA

Descartada a greve unificada dos SPFs, técnico-administrativos construíram pauta específica

Pág. 4

CONQUISTAS

Confira o resultado da mobilização dos trabalhadores na pauta interna da UFG e IFG

Págs. 5 a 12

EDITORIAL

Por Lorrane Rodrigues*

De forma geral, quando se pensa em uma instituição de ensino, lembramos de professores e alunos, acreditando que este núcleo se basta. Não é raro ficar indiferente à complexidade da organização e gestão.

Para que as atividades de toda e qualquer instituição de ensino venham a ser executadas a contento pelos docentes, é necessário outros profissionais com competências e habilidades para realizar as atividades meio. Portanto, para o atendimento das atividades fim (ensino, pesquisa e extensão) toda e qualquer instituição precisa de um competente e estruturado corpo técnico-administrativo para a realização das atividades meio.

Por isso, quando pensarmos numa organização acadêmica, temos a obrigação de considerar os segmentos de professores, técnico-administrativos em educação e estudantes. Cada um desses sujeitos desenvolvem atividades essenciais para alcançar os objetivos da instituição.

Não basta organizar o ensino. Faz-se necessário pensar no funcionamento da instituição como

um todo. Lidar com essa questão requer mudanças nas práticas e nas relações entre as categorias. Nesse sentido é fundamental criar de espaços de participação, intervenção e negociação nos ambientes de trabalho, viabilizando uma oportunidade para a atividade laboral ser um fim em si mesma. Dessa forma constitui-se em algo significativo para toda a sociedade.

Considerando a luta dos trabalhadores técnico-administrativos em educação de uma forma geral, percebe-se que ainda é necessário travar uma importantíssima batalha no interior das IFES para eliminar o modelo de desigualdade dominante, que costuma criminalizar e desqualificar o papel e importância da categoria. Apesar de bastante óbvio, é importante pontuar que a organização sindical e as mobilizações, são os mais relevantes instrumentos na busca por reconhecimento. Assim, somente a educação política e a mobilização crescente dos trabalhadores, proporcionadas pela organização sindical, poderão construir um ambiente propício ao desmonte dessas aberrações e elevar a dignidade dos técnico-administrativos em educação.

No IFG a categoria deu um passo importante na compreensão do seu papel e está de parabéns pela decisão histórica e corajosa por deflagrar o movimento paralista independente da mobilização dos docentes. Patrocinada pelo SINT-IFESgo, que promoveu várias reuniões em diversos Câmpus, os(as) trabalhadores(as) realizaram uma análise da conjuntura nacional e da necessidade de lutar por melhores condições de trabalho. Ampliou o diálogo na categoria e conquistou apoio político, jurídico e financeiro ao longo do ano de 2013 e início de 2014, fundamentais para a tomada da decisão para entrar na greve.

O movimento que teve início em 17 de março ganhou força e amplitude, começando no Câmpus Anápolis e, logo em seguida, em Aparecida de Goiânia, Goiás, Inhumas e Uruaçu. Nos três meses de greve, os TAEs discutiram e reivindicaram as pautas em âmbito nacional, realizaram reuniões e atividades em seus Câmpus, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, nas Câmaras Municipais de Goiânia e de Anápolis. Fizeram passeatas, acamparam na capital do Brasil e montaram piquetes na porta do MEC, MPOG

e na Reitoria. Mas a categoria desejava mais, e avançou no diálogo com a Reitoria e Diretores dos Câmpus nas pautas internas.

A greve dos técnico-administrativos representou um período de muitas vitórias para os TAEs do IFG. Dentre elas a conquista de sua autonomia enquanto categoria e a construção de um movimento que dialogou com estudantes e docentes. Por diversos momentos, representantes dos Comandos Locais de Greve (CLG) dos Câmpus se reuniram no Sindicato. Em outros foram visitados ou visitaram outros Câmpus em greve. Esse diálogo realizado entre os CLGs e o sindicato propiciou um momento único de articulação do movimento e discussão das reivindicações.

O respeito de uma categoria, não cairá do céu e nem será uma concessão. Transformações profundas de nossa perversa realidade só acontecerão através de muito esforço e muita luta. Nessa caminhada, será preciso arrregar as mangas para fortalecer o sindicato como representação legítima e fortalecer a luta pelos seus direitos.

*Lorraine Rodrigues é Assistente Social do IFG Câmpus Anápolis

JUDICIALIZAÇÃO DA GREVE: RETROCESSO NA DEMOCRACIA

No dia 25 de junho de 2014, o SINT-IFESgo recebeu uma notificação do Superior Tribunal de Justiça tratando da Petição nº 10.536, referente ao ajuizamento da greve nas Universidades e Institutos Federais.

Mais uma vez os servidores públicos federais se depararam com uma triste e preocupante realidade: a judicialização do movimento grevista. Em uma postura autoritária. A iniciativa do governo federal, infelizmente, não surpreende os trabalhadores(as). Em 2012, sofremos a mesma represália.

Felizmente tivemos sorte dessa vez. O Ministro Napoléon Nunes Maia Filho, responsável pelo processo, determinou a retomada das negociações com os representantes da categoria. Na mesma sentença, proibiu ainda que sejam efetuados quaisquer descontos em decorrência do período de greve.

Se por um lado, a postura do



governo não é uma novidade, por outro, a decisão da justiça nos mostra que existem juízes e operadores do direito que possuem a consciência da justeza da nossa luta e da importância do instrumento da greve enquanto valorização da classe trabalhadora e aprofundamento da democracia em nosso país.

O que causa estranhamento é que um governo que se elegeu três vezes com o apoio dos trabalhadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada reincidiu nessa prática nefasta e nesse ataque à sua própria origem, uma vez que esse mesmo governo se organizou em torno de sindicatos e centrais sindicais na década de

1980.

Vale lembrar que o governo FHC, que representou um período de imensas perdas, desvalorização, desmonte do estado e sucateamento das universidades e da educação pública, nunca judicializou uma greve. Nem mesmo os militares em sua sangrenta ditadura, fizeram o mesmo.

Olhando para o passado, temos a clareza do que esse novo período vivido pelo país e inaugurado em 2002 representou para o povo brasileiro. Entretanto, não podemos tolerar que um governo conquistado pela mão dos trabalhadores assuma posturas tão antidemocráticas quanto essa.

A judicialização da greve dos Técnico-administrativos em educação é um absurdo e uma mancha na democracia de nosso país. Mais do que isso, é um sinal de que muita luta ainda precisa ser feita para que o Brasil cresça de forma democrática, livre e justa.

90 DIAS DE LEGITIMA LUTA DA CATEGORIA DOS TAE DAS IFES E DOS IFs

O momento era de avanço da luta via greve nacional ou de acumulação de forças via outras formas de lutas para negociação?

Este foi o grande questionamento colocado para a categoria. Uma importante tomada de decisão era necessária.

Cotidianamente, somos colocados diante de situações que exigem de nós tomadas de decisão. Algumas são simples e fáceis, outras complexas e decisivas. De qualquer modo, nenhuma decisão pode ser tomada sem as informações necessárias. Mas o indispensável é assumir a responsabilidade da decisão e não ter medo de apresentá-la para apreciação da categoria.

Ao tomar uma decisão do porte de uma greve nacional é preciso analisar a situação, seja no âmbito local ou nacional. Conhecer os aspectos econômicos, políticos e as tendências prováveis, é fundamental para tomada correta da decisão. É importante identificar os fatores capazes de influenciar, positiva ou negativamente, a conquista de nossos objetivos.

Por essas razões a decisão de deflagrar a greve foi precedida de um longo período de debates, nos fóruns do movimento, sobre as perspectivas reais de ganho para a categoria. Foram três meses de análises da conjuntura, das possibilidades de vitórias ou de derrotas.

A partir da percepção de uma conjuntura econômica e política



Técnico-administrativos de Goiás participam de Audiência Pública sobre a greve da categoria no Congresso Nacional

favorável, deu-se início ao processo de discussão e mobilização dos trabalhadores(as), por locais de trabalho, quanto à pertinência do momento para deflagração da greve, para depois, em assembleia geral, decidir coletivamente. Vários sindicatos filiados a FASUBRA vislumbraram a possibilidade de ganhos.

Deflagrada a greve, não faltaram as avaliações de conjuntura, com o objetivo de antecipar possíveis cenários que permitissem as ações necessárias para buscar os ganhos pretendidos. Confirman-

do a tradição de nossa categoria, tudo que estava ao seu alcance foi feito. Ainda assim, passados 90 dias em greve, a posição intransigente do governo em não negociar se consolida. O ponto alto da greve foi em maio na com as caravanas a Brasília e com o bloqueio das portas do Ministério do Planejamento. No entanto, este fato não resultou em negociação e sim em reunião para dizer “não”. O governo apostou na fragilidade do movimento, que não conseguiu com as demais categorias do funcionalismo público.

Percebemos ainda que nosso movimento grevista já apresentava sinais de queda em todo o país. Em muitas instituições a categoria reduzia o percentual de trabalhadores paralisados. Em Goiás, as manifestações de retorno se tornaram uma constante em diversas unidades/órgãos, tanto na UFG quanto no IFG.

Diante desse quadro de in-

transigência do Governo, isolamento da Greve numa conjuntura em que o governo se apegava a parte econômica do acordo de 2012, que só conclui em 2015, de rejeição da proposta apresentada pelo MEC, a ausência do ANDES e da Condief, polícia federal e o retorno de outras categorias, além da posição claudicante da Andifes de apoio como ocorrera em outras greves e ainda uma conjuntura de copa mundo, recesso do congresso e do vizinho processo eleitoral, o Comando Local de Greve – UFG/IFG, não titubeou em avaliar e tomar a decisão de deixar claro para a categoria, com todas as justificativas devidamente fundamentadas, o distanciamento de possibilidades de negociação com o Governo, de modo que a mesma pudesse optar por suspender ou continuar a greve. E a categoria, soberanamente, optou por um recuo tático para acumular forças para o próximo período.

ENQUETE NO SITE DO SINT-IFESgo

Como você avalia a decisão da assembleia geral da categoria que deliberou pela saída da greve na base do SINT-IFESgo no dia 16 de junho?

75%
Concordo
totalmente

5%
Concordo
parcialmente

19%
Discordo
totalmente

CHAMADA PÚBLICA - SELEÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE LIVROS DA COLEÇÃO COMPANHEIROS

O SINT-IFESgo em parceria com o CEGRAF/UFG realiza chamada pública para seleção de Teses, Dissertações, Monografias e TCC's a serem publicados em livros da Coleção Companheiros. Com o objetivo de estimular, valorizar e dar vi-

sibilidade a produção o edital é destinado aos servidores técnico-administrativos em educação e docentes, ativos e aposentados, filiados ao sindicato.

Somente serão aceitos trabalhos finalizados até 31 de julho de 2014. O período de inscrições do

programa inicia-se em 1 de agosto e encerra no próximo dia 28. Os interessados podem protocolar sua inscrição na sede administrativa do SINT-IFESgo que fica no Setor Universitário, 5ª Avenida, n. 1213 ou endereçá-la por correio respeitando o prazo de inscrição.

Serão selecionados 4 trabalhos entre os servidores ativos e aposentados das instituições federais de ensino em Goiás. Para mais informações, baixe o edital e os formulários de inscrição no link: <http://www.sint-ifesgo.org.br/noticias/3350/>

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA GREVE NA FASUBRA

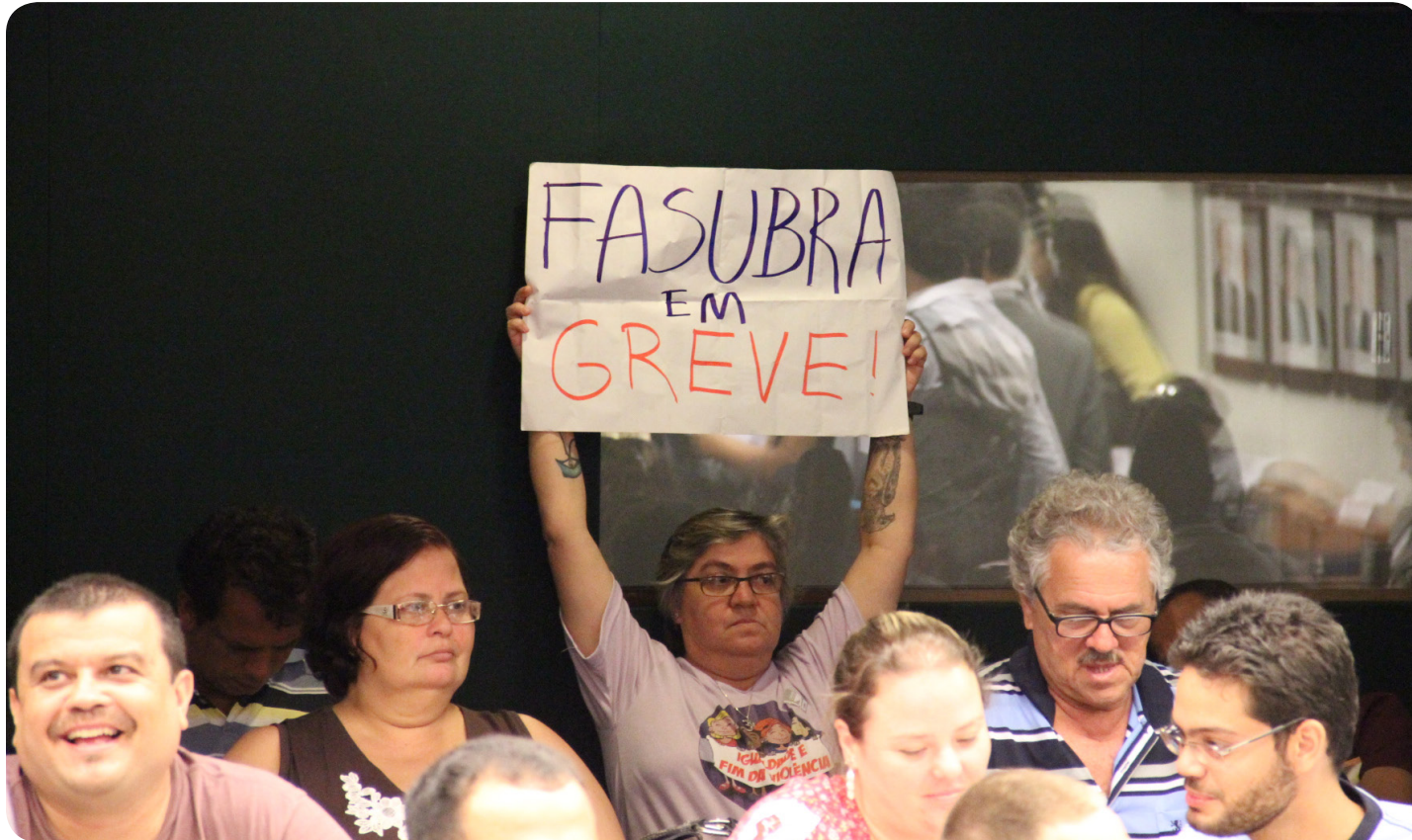
Descartada a greve unificada dos SPFs, técnico-administrativos construíram pauta específica

Em 2013, a FASUBRA deu início a um processo de discussão da greve, inicialmente marcada para setembro daquele ano. Durante o processo de discussão, em nenhum momento foi considerada a possibilidade de uma greve só de técnico-administrativos em educação, o que se buscava era uma greve dos servidores públicos federais, ou seja, uma grande greve a exemplo do que ocorreu em 2012. Esta foi a deliberação da nossa plenária em Dezembro de 2013. Com ampla maioria, apontou o indicativo de greve com o conjunto das federais.

Após análise da conjuntura e das perspectivas de ganhos e considerando a falta de mobilização do conjunto dos trabalhadores públicos federais, o indicativo de greve foi adiado para fevereiro de 2014. Estávamos confiantes de que com o adiamento, as outras entidades estariam prontas para a greve, mas, infelizmente, isso não ocorreu.

Fizemos então uma nova análise e, numa nova tentativa de uma greve dos SPFs, o indicativo de fevereiro foi transferido para março, com a sinalização de deflagração da greve de entidades como SINASEFE, CONDSEF, Policiais Federais, entre outras.

Em março, mais uma vez, diante da inexistência de possibilidade de greve dos SPFs, a FASUBRA resolveu intensificar o calendário de mobilização e define deflagração de Greve Nacional dos Tra-



Servidores marcam presença em audiência pública realizada no Congresso Nacional

balhadores Técnico-administrativos das Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil, para 17 de março, com a centralidade nos eixos de nossa pauta específica, numa ação de vanguarda, tendo no horizonte a perspectiva de construção de um movimento unificado com os demais Servidores Públicos Federais (SPF's).

Considerávamos que mais categorias paralisadas e unidas aumentariam a força dos movimentos.

Acompanhando o comporta-

mento das demais categorias dos SPFs, percebemos que as mesmas, em sua ampla maioria, descartaram a greve unificada. Não restando alternativa, senão deflagramos a greve em 17 de março, com pauta específica, pois tínhamos disposição e ainda num período propício para inclusão das reivindicações nos orçamentos 2015.

O que vimos, no entanto, foi um recuo das entidades nacionais dos servidores públicos, caracterizando uma greve forte apenas na base da FASUBRA.

O setor das federais do Andes deliberou nos dias 8 e 9 de junho por retirar o indicativo de greve em junho e continuar insistindo na retomada das negociações com o MEC, a CONDSEF orientou parte de sua base e sair da greve por conta da judicialização do movimento impondo pesados ônus para a categoria, a polícia federal terminou por negociar os ganhos de 2012 sem ir a greve, assim ficou descartada uma greve na educação federal e do conjunto dos servidores federais.

AVANÇOS TAMBÉM NAS DISCUSSÕES DA PAUTA INTERNA DA UFG DE JATAÍ

Apesar do sindicato ter apresentado e defendido as reivindicações para o conjunto da categoria na UFG, percebeu-se a necessidade de, no curso da greve, apoiar e ajudar a conduzir um processo de discussão específica no Campus da UFG de Jataí. Nesse sentido, o SINT-IFESgo ajudou a construir a negociação entre o comando local de greve local do Cmapis com a direção da Regional, de acordo com os interesses dos TAEs.

Foram várias reuniões com a categoria e com a direção para conseguir avanços em alguns pontos da pauta apresentada. Entre eles, destaca-se o direito a afasta-



Trabalhadores se reúnem no Campus de Jataí para discutir pautas internas

mento para qualificação de uma trabalhadora que cursa doutorado em Goiânia, o compromisso de realizar mais reuniões para tra-

balhar a elaboração de edital para oferecimento de mestrados Minter e Dinter, o compromisso da direção se posicionar até o dia 30/07

sobre a implementação dos turnos contínuos, com jornada ininterrupta na biblioteca, obedecendo a determinação da Portaria nº. 906/2007, o compromisso também de verificar como funciona o serviço no Cidrarq em Goiânia, com o objetivo de implementar o mesmo horário e jornada de trabalho no serviço de protocolo na Regional e a realização de um levantamento sobre quais técnicos estão em cargos de coordenação para garantir a gratificação dos mesmos.

Existem ainda pontos pendentes a serem discutidos, e o sindicato, junto com os TAEs de Jataí, estão encaminhando os mesmos com a direção da Regional.

REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NEGOCIA PAUTAS INTERNAS COM REITORIA DO IFG

O movimento grevista de 2014 entra para a história da categoria em Goiás com a deflagração de greve articulada pelo sindicato envolvendo os técnico-administrativos em educação lotada na UFG e parte da categoria no Instituto Federal de Goiás (IFG). Além de explicitar as demandas nacionais da categoria, a intervenção do sindicato proporcionou, na condução do processo de mobilização, a elaboração coletiva de uma pauta de reivindicações interna que foi apresentada à Reitoria.

Ao longo da greve foram realizadas três reuniões do sindicato e representação dos Comandos de Greve com a Administração Superior. Ainda inconcluso o processo de negociação continua em aberto aguardando novas reuniões.

Entre os pontos que ainda não foram atendidos pela administração do Instituto, destacam-se: a aquisição dos EPIs e EPCs em quantidade necessária e de qualidade reconhecida pelo INMETRO; a abertura de discussão sobre a participação da Instituição no Plano Nacional de Desenvolvi-



mento Profissional de Servidores Integrantes do PCCTAE; o estabelecimento de critérios para a definição e distribuição de Funções Gratificadas e Cargos de Direção pelos Campus da Instituição; a adoção de ações de valorização, promoção do bem-estar e integra-

ção dos servidores dos Campus e a consulta aos servidores na implementação de mudanças nos ambientes organizacionais (Confira relação completa dos pontos em aberto na páginas 6, 7 e 8)

Ao longo das negociações e do diálogo com os trabalhadores dos

diversos Campus do interior, outras pautas foram acrescentadas pelos TAEs. Esses também estão em negociação com a Reitoria do IFG (Confira na página 9).

Confira abaixo os pontos da pauta interna já respondidos pela administração do Instituto.

1 - Implementação urgente de exames periódicos para os trabalhadores. A previsão é que, no prazo de até dois meses, após o encerramento da greve, teremos a finalização do edital e do termo de referência para licitação e execução dos exames na Instituição.

2 - Garantir representação de pelo menos um (1) TAE por Campus e Reitoria na CIS. O Regulamento da CIS, aprovado pelo Conselho Superior do IFG, prevê em, seu artigo 5º, a eleição de 01 (um) representante titular e respectivo suplente de cada Campus e da Reitoria.

3 - Respeito à carga horária definida e quando extrapolar garantir pagamento de hora extra. A Portaria nº 540, de 09 de maio de 2012, regulamenta a Jornada de Trabalho dos Servidores Técnico-administrativos do IFG, bem como o horário de funcionamento para todos os Campus e Reitoria.

4 - Garantir 10% das vagas dos cursos de especialização ministrados pela Instituição para os TAEs. O curso de "Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica", oferecido no Campus Goiânia, já assegura 20 (vinte por cento) das vagas para os TAEs e a Reitoria, através da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, fara gestão junto aos Departamentos para que o mesmo ocorra nos demais cursos de especialização ofertados pela Instituição.

5 - Garantir acesso e transparência das Avaliações do Estágio Probatório e de Avaliação de Desempenho para Progressões por mérito que ocorrem em sigilo aos interessados. Todo Servidor pode ter acesso as suas avaliações, desde que solicitado. As Comissões CIS e CPPD contribuirão para a discussão e apresentação de regulamentação a respeito desse assunto.

6 - Implantação de creches que foi retirado da aprovação final do PDI. Os temas que tinham vedação legal não foram apreciados pelo Congresso do PDI. No IFG, o auxílio pré-escolar é um benefício concedido ao servidor para auxiliar nas despesas pré-escolares com filhos ou dependentes que estejam na faixa etária prevista em lei, a partir do mês em que o servidor requerer a benefício. (Emenda Constitucional nº 53/2006).



7 - Descentralizar as atividades administrativas com os Campus, impedindo ou retardando as iniciativas de suas próprias diretrizes, processos, serviços e manutenção. A Gestão no momento esta empenhada em regulamentar suas varias atividades, o que contribuirá para o melhor planejamento e descentralização dessas ações.

PAUTA INTERNA DO IFG AINDA ESTÁ EM NEGOCIAÇÃO

Confira o andamento da pauta e as posições da Reitoria e do SINT-IFESgo. Trabalhadores consideram respostas da Administração do Instituto insuficientes

1 - Regulamentação do direito à licença para qualificação, inclusive, para os que se encontram em situação de estágio probatório e concessão de bolsas, independente de afastamento dos TAEs

Reitoria - A Instituição tem programas que atendem, em parte, essa demanda, tais como: 1) Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do IFG - PIQS, em nível de mestrado e doutorado, aprovado pelo Conselho Superior, estabelece critérios e procedimentos para a concessão de bolsas de pós-graduação stricto sensu para servidores, contemplando também aqueles que estão em estágio probatório e que não forem beneficiários de afastamento integral; 2) Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do Instituto Federal de Golas em nível de Graduação e Especialização - PIG, o Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT) e 3) Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos ou Cursos.

SINT-IFES – Entendemos a importância e relevância das bolsas que auxiliam na graduação e na Pós-graduação, no entanto os Comandos Locais de Greve vê a necessidade de regulamentação, pela Instituição, de resolução específica para os TAEs que estabeleça o direito à licença para qualificação, inclusive para os in-



teressados em estágio probatório.

2 - Aquisição dos EPIs e EPCs em quantidade necessária e de qualidade reconhecida pelo INMETRO

Reitoria - Ha previsão de contratação de Técnico e Engenheiro de Segurança do Trabalho, via concurso publico em andamento, bem como encontra-se em tramitação a redistribuição de um médico do trabalho para o IFG para realização do levantamento das necessidades da Instituição, o que subsidiaria o planejamento de novas aquisições, dentro do que preconiza a Norma Regulamentadora nº 06, do Ministério do Trabalho e Emprego.

SINT-IFES – Defendemos a necessidade de promover a aquisição imediata dos EPIs e EPCs nos

Campus cujas pericias já ocorreram e garantir regulamentação imediata da CISSP (Comissão Interna de Saúde do Servidor Público) para, em parceria com o SINT-IFES, criar as Comissões nos Campus e Reitoria da Instituição.

3 - Abrir discussão sobre a participação da Instituição no Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional de Servidores Integrantes do PCCTAE

Reitoria - O IFG participou, em janeiro de 2014, do evento nacional convocado pelo MEC para apresentação do Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao MEC. O Conselho Superior do IFG aprovou recentemente o regulamento da CIS, que será composta após consulta à comunidade e tem como uma de suas atribuições a elaboração e implementação dos programas de capacitação e outros, previstos no referido Plano Nacional.

SINT-IFES – O Plano Nacional tem como objetivo oferecer cursos de qualificação e capacitação para os técnico-administrativos em educação cabendo a Instituição se inserir no Programa Nacional oferecendo vagas de cursos para re-

ceber os recursos devidos. Quanto à CIS, seu papel é de colaboração com a elaboração e planejamento junto ao Recursos Humanos, responsável institucional pelas políticas de qualificação e capacitação a ser implementas, conforme Lei nº 11.091/2005.

4 - Democratizar a participação nas discussões sobre a Instituição

Reitoria - A aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos regulamentos das Comissões CIS, CPA e CPPO, pelo Conselho Superior do IFG, além do pleno funcionamento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com suas respectivas Câmaras, representa grande avanço no fortalecimento da democracia interna e na ampliação dos instrumentos de participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões pela Instituição. A estruturação dos Conselhos de Campus, cujo regulamento esta em debate no Colégio de Dirigentes e as eleições para as comissões referidas, possibilitarão uma maior participação da comunidade acadêmica nas discussões sobre a instituição.

SINT-IFES – Apesar das medidas anunciadas representarem avanços, cobramos a ampliação das representações das categorias no Conselho Superior da Instituição, bem como, a participação nas fases de elaboração dos processos

de regulamentação, através de comissões constituídas pela Administração Superior. Neste sentido, solicitamos desde já a participação de representação da categoria na elaboração do regulamento do Conselho de Campus.

5 - Composição multidisciplinar da comissão de insalubridade e dar agilidade nas perícias e emissão dos laudos

Reitoria - No IFG, cerca de 70 dos laudos para fins de adicionais estão atualizados e foram emitidos por um engenheiro de segurança do trabalho. Para mais agilidade aos processos, serão contratados outros profissionais habilitados para a emissão de laudos periciais, via concurso publico em andamento, quais sejam: mais um Técnico e um Engenheiro de Segurança do Trabalho. Também tramita a redistribuição de um médico do trabalho para o IFG.

SINT-IFES - Apesar das medidas anunciadas também representam avanços, cobramos a constituição de uma comissão de insalubridade multidisciplinar para garantir o mapeamento dos riscos físicos, químicos e biológicos a que os trabalhadores, em sua riqueza de ambientes, estão sujeitos, inclusive, o uso de equipamentos adequados e necessários para emissão dos laudos.

6 - Promover ofertas de mestrados e doutorados profissionalizantes na Instituição para os TAEs



Reitoria - A Gestão tem promovido ações junto a Instituições nacionais e internacionais com objetivo de ofertar mestrados e doutorados aos servidores Técnico-administrativos do IFG. Alguns convênios estão em andamento com a Universidade de Santiago de Compostela/Espanha (USC), o Instituto Politécnico do Porto/Portugal (IPP), a Universidade de Salamanca/Espanha, a Universidade do Minho/Portugal e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/SETEC, dentre outros.

SINT-IFES – Com as medidas anunciadas, reivindicamos o estabelecimento de critérios justos para garantir o direito igualitário para TAEs e Docentes, conforme aprovado no Congresso do PDI, que estabeleceu a reserva de vagas proporcional nos programas de Dinter e Minter, assim como, a devida ampliação da divulgação.

7 - Garantir a posse dos concursados nos cargos específicos de técnico nível médio com qualificação de nível superior

8 - Garantia do direito ao incentivo a qualificação aos TAEs que utilizaram o nível superior para a posse em cargo de nível médio

Reitoria - A Instituição aplica a Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

A CIS, cujo regulamento foi aprovado pelo Conselho Superior, tem entre outras atribuições a de “Propor e encaminhar à apreciação da comunidade e da Comissão Nacional de Supervisão sugestões

de alterações necessárias para o aprimoramento do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação”.

SINT-IFES – Mediante o fato de já existir decisões em primeira instância para que se dê posse aos concursados na Instituição e também às práticas adotadas por Instituições semelhantes, defendemos que seja garantida a isonomia de tratamento entre as Instituições no mínimo no Estado.

9 - Estabelecer critérios para a definição e distribuição de Funções Gratificadas e Cargos de Direção pelos Campus da Instituição

Reitoria - Foi aprovado no PDI da Instituição o modelo isonômico de Funções Gratificadas (FGs) e Cargos de Direção (CDs) para os Campus do IFG, conforme funções e cargos descentralizados pelo MEC. Para os Campus com mais de 4.000 alunos (Campus Goiânia) foram aprovados os seguintes quantitativos: CD2=1, CD3=1, CD4=7, FG1=12, FG2=14 e FG4=8 e para os demais Campus com ate 1.500 alunos: CD2=1, CD4=3, FG1=4, FG2=8 e FG4=4. Ao mesmo tempo, a Gestão tem pleiteado junto ao MEC a ampliação do número de FGs e CDs.

SINT-IFES – Tendo em vista a informação prestada neste item aproveitamos para solicitar informações sobre os critério e distribuição das gratificações no Prédio da Reitoria, bem como, dar publicidade dos nomes ocupantes de funções gratificadas e cargos de direção.

10. Ampliação do quadro de Técnico-Administrativos conforme as necessidades de cada Campus

Reitoria - A Instituição esta realizando, por meio das Pró-reitorias e Direção-Geral dos Campus, diagnóstico do quadro de servidores e discussões, com o objetivo de fazer os ajustes necessários, dentro dos limites do Banco de Servidores acordado com o MEC.

SINT-IFES – Entendendo a limitação imposta pelo MEC, mais levando em conta a quantidade de cada vez maior de programas como Mulheres Mil, Pronatec, entre outros, defendemos uma aliança entre Reitoria/CONIF e Entidades para exigir a ampliação



Servidores do IFG discutem com a reitoria sobre os pontos da pauta interna do Instituto

ção do quadro de pessoal técnico-administrativos em educação conforme as necessidades de cada Campus.

11. Adoção de ações de valorização, promoção do bem-estar e integração dos servidores dos Campus

Reitoria - Parte dessas ações estão contempladas nos itens 7, 8, 16 e 17. Com relação à promoção à saúde do servidor, a equipe de promoção à saúde do servidor dentro do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) desenvolve programas como preparação para a aposentadoria e atividades nos Campus. Vale ressaltar que, cada Campus têm autonomia para realizar atividades de promoção.

SINT-IFES – Defendemos a articulação do SIASS e RH para composição de equipes multiprofissionais para a promoção de diretrizes e ações imediatas de integração institucional como fator preponderante para garantir e inserir trabalhadores na Instituição, discutindo temas como estágio probatório, progressão por capacitação, incentivo a qualificação, ética no serviço público, transparência, entre outros.

12. Adoção de medidas contra a prática de assédio moral na Instituição, coibindo práticas de desrespeito, bem como a cobrança de serviços fora da competência dos TAEs

Reitoria - Não é do conhecimento da Gestão casos de prática de assédio moral no IFG que não tenham sido objeto de exame por parte da Comissão de Ética. A Comissão de Ética tem a competência de “apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes”; “receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento as normas éticas, procedendo a apuração”; “convocar servidor e convidar outras pessoas a prestar informação”, dentre outras. Seu endereço eletrônico é: etica@ifg.edu.br. O plano de trabalho da referida comissão tem como objetivo central a divulgação do Código de Ética do Servidor Público em toda a Instituição.



Comando Local de Greve unificado dos IFGs se reúne na sede do SINT-IFESgo para avaliar movimento grevista

SINT-IFES – Reconhecemos as dificuldades para se dar respostas a este item por não haver formalização de casos de assédio na Instituição, o que não quer dizer que não ocorra. O fato é que é muito difícil se explicitar um caso e até mesmo a vítima se dispor a fazer uma denúncia. Como o objetivo é a prevenção sugerimos que a Comissão de Ética da Instituição promova periodicamente visitas aos Campus e Reitoria para apresentar e debater o tema, assim como, sugerimos a devida capacitação dos gestores.

13. Adoção de melhorias nas condições de trabalho com ambientes com tamanhos, móveis, máquinas e equipamentos de acordo com os setores e as atribuições

Reitoria - Encontra-se em fase de estudo a proposta de regulamento da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP), em cumprimento à norma operacional de saúde do servidor, editada pelo Governo Federal para efetivação da política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público.

SINT-IFES – Assim como no item 03 da pauta de reivindicações, defendemos a participação de representação da categoria no processo de elaboração para a Regulamentação CISSP e parceria do SINT-IFESgo para a criação das Comissões nos Campus e Reitoria.

14. Consulta aos servidores na implementação de mudanças nos ambientes organizacionais

Reitoria - A CIS do IFG está em fase de consolidação. O regula-

mento, já aprovado pelo Conselho Superior, prevê que a Comissão deversa “apresentar propostas e acompanhar a elaboração e a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoal do IFG e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento de quadros, que apontam as necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas”; “avaliar, anualmente, as propostas de lotação do IFG, em conformidade com o inciso I do § 10 do art. 24 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005”; acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFG proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram”, dentre outras.

SINT-IFES – Consideramos que é papel da CISSP a consulta para implementação de mudanças nos ambientes organizacionais por entender que se trata de uma questão de condições de trabalho e saúde do trabalhador, assim como, prevenção a acidentes de trabalho.

15. Garantir a participação paritária de representação dos Docentes e dos Técnico-Administrativos nas Comissões e Conselhos da Instituição

Reitoria - Tendo em vista a estrutura multicampus desse Instituto, a Gestão tem observado nos seus regulamentos não só a paridade entre a representação dos Docentes e Técnico-administrativos, mas a representação dos Campus/Reitoria da Instituição.

SINT-IFES - Considerando a resposta, solicitamos a inclusão também da representação do SINT-IFESgo no Conselho de Campus

em fase de criação e a substituição das Centrais Sindicais CUT e Força Sindical do Conselho Superior pelo SINT-IFESgo e Sinasefe.

16. Regulamentar os procedimentos de remoções com publicação periódica de editais

Reitoria - A Instituição aplica a legislação pertinente: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (anexo) e Portaria do IFG nº 370, de 26 de março de 2012.

SINT-IFES – Por se tratar de um processo delicado defendemos a reformulação do regulamento atual, assim como, a abertura para consulta pública e adoção da mais ampla publicidade e impossibilidade na políticas de remoção de pessoal da Instituição.

17. Garantir a aplicação da jornada de trabalho de 30 horas aos TAEs estudantes na Instituição, adequando sua carga horária ao horário de estudo

Reitoria - A flexibilização da Jornada de Trabalho dos Servidores Técnico-administrativos do IFG e o horário de funcionamento para todos os Campus e Reitoria estão previstos na Portaria nº 540, de 09 de maio de 2012, anexa.

SINT-IFES – Por não se tratar de uma nova flexibilização da jornada de trabalho mais sim de um ajuste no cumprimento do horário estabelecido, permitindo o cumprimento da carga horária prevista na Portaria nº 540/2012, possibilitando ao trabalhador as condições necessários para a sua devida qualificação, sem prejuízo para a Instituição.

TAEs DO IFG AINDA AGUARDAM RESPOSTA DA REITORIA SOBRE OS NOVOS PONTOS DA PAUTA

Confira os pontos que foram acrescentados à pauta interna do IFG

1 - Retornar com celeridade a discussão para aprovação ainda este ano do Regimento Interno da Instituição

2 - Criar fóruns permanentes para discussão das políticas institucionais, como: programas governamentais (pronatec, Mulheres Mil, Profucionário), expansão da Instituição, abertura de novos cursos, concessão de bolsas, entre outras

3 - Definir prazo para adoção das medidas a seguir:

a) Apresentação do Plano de Ação da Gestão;

b) Regulamentar diretrizes para os processos eleitorais na Instituição para ocupação de todos os cargos eletivos;

c) Efetivar do Conselho de Campus aprovado no PDI após promoção de amplo debate sobre o assunto, com representação de todos os Campuses;

d) Promoção e aprovação de adequações do Regimento Interno da Instituição;

e) Vincular as bibliotecas da Instituição ao SIBI;

f) Elaborar programas de combate a incêndio e mobilidade nos prédios da Instituição;



Técnico-administrativos do Campus do IFG de Uruaçu participam de reunião na reitoria do Instituto

g) Regulamentar diretrizes para os editais de processos seletivos, permitindo a participação dos TAEs nas bancas de seleção, mediante a composição de um banco de avaliadores e que estes sejam escolhidos por sorteio público, garantida a ampla divulgação;

h) Construção de fluxogramas, organogramas e mapeamento das atividades setoriais para delimitar o fluxo das tarefas administrativas, como ferramentas da gestão de processos;

i) Oficializar e realizar entrevistas e avaliação do perfil profissional de cada servidor, para fins de lotação e remanejamento, oportunizando ajustes posteriores;

j) Padronizar o organograma dos cargos de direção e funções gratificadas de mesma competência técnica;

k) Institucionalizar a concessão de férias às lactantes, caso seja do interesse, após o encerramento da licença maternidade;

l) Institucionalizar a autonomia para que os Campus possam definir as férias dos TAEs permitindo o direito de gozá-la em qualquer período do ano;

m) Reestruturação do Conselho Superior, garantindo isonomia entre as categorias, e criação de cadeira para representante da

CIS e da CPPD;

n) Emitir no ato da posse a Portaria de Localização do TAE.

4 - Retomar os itens retirados do carderno final do PDI, aprovado no Congresso de Educação, de interesse dos TAEs, são eles:

a) Eleição para Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão com direito de candidaturas de TAEs;

b) Garantir o voto de TAE na eleição dos Campus com apenas um Departamento das Áreas Acadêmicas;

c) Garantir vagas de forma proporcional para técnico-administrativos nos programas de Minter e Dinter.

5 - Garantir que os Conselhos deliberativos da Instituição sejam abertos para a comunidade acadêmica

6 - Cumprir a legislação que impõem a obrigação de realizar o plano anual de capacitação dos TAEs, bem como, o plano de desenvolvimento dos integrantes da carreira – PDIC

7 - Desenvolver ações de capacitação para todos os integrantes eleitos para a CIS



TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS FALAM SOBRE A GREVE

Luciano Alvarenga Montalvão Auxiliar em Administração - IFG - Campus Inhumas



O movimento grevista pra o técnico-administrativos do IFG foi uma experiência bastante interessante, pois pela primeira vez na história dessa instituição a nossa categoria, de forma independente e autônoma, paralisou suas atividades demarcando a sua capacidade de auto-organização e a sua importância para o funcionamento do IFG. Além disso, a integração entre os Câmpus proporcionada pelo movimento paredista nos propiciou um intenso debate acerca da instituição, colocando em discussão ques-

tões extremamente pertinentes como: estrutura, expansão, democratização, disparidades locais, dentre outras. No entanto, à revelia de ter sido a greve um momento privilegiado e exitoso pra os técnico-administrativos do IFG, a participação geral da categoria ainda foi muito tímida, restringindo-se a um pequeno quantitativo de pessoas dentre o universo geral da categoria.

A pauta interna apresentada foi a maior vitória da nossa categoria nessa greve, para não dizer a única, infelizmente. A reitoria mostrou muita disposição ao diálogo, porém pouca resolutividade para dar os encaminhamento necessários. No entanto, a apresen-

tação da pauta interna, amplamente debatida pelo conjunto dos técnicos, mostrou mais uma vez a nossa capacidade de organização e integração e, sobretudo, que os técnicos não vão mais aceitar as condições de trabalho e expansão que estão sendo impostas à nossa instituição.

Com todo respeito aos companheiros e companheiras do Sint-ifesgo, acredito que nosso sindicato (ou sua atual gestão) tem uma longa estrada pela frente, se almeja ser o sindicato representativo de nossa categoria no IFG. E precisa, também, abandonar seus laços com o governismo!!! Chega desse discurso "a gente não queria fazer greve, sabe, mas o gover-

no não nos deixa alternativa (...)". Fazemos greve porque não aguentamos mais ver os nossos salários sendo depreciados a cada ano e as nossas condições de trabalho sendo ainda mais precarizadas com essa expansão. O Governo do PT já mostrou que não governa para a classe trabalhadora, então é nosso inimigo. Foi importante o apoio do sindicato (tanto financeiro quanto político) e a mediação deste nas negociações com os diretores e a reitoria, no entanto nossa entidade ainda se mostra bastante vacilante em alguns momentos, sobretudo quando se trata de ir para o embate com os gestores e o governo. Não sou o rei da razão, mas esta é minha opinião.

Silvânia Aparecida dos Santos Rodrigues Assistente Social - IFG - Campus Aparecida de Goiânia



Depois de acompanhar as discussões que foram realizadas ao longo da greve nos Câmpus do IFG Aparecida de Goiânia, Goiás, Inhumas, Anápolis e Uruaçu, avalio o movimento grevista como positiva. Embora não tenhamos alcançado os ganhos previstos com a realização da greve de um modo geral, demonstramos para os TAEs do IFG

que é possível realizar uma greve que não seja atrelada aos docentes, algo que não acontecia no passado. Isso nos possibilitou momentos de reflexão sobre várias questões que estão latentes nos Câmpus e que merecem respostas imediatas e urgentes por parte da reitoria do IFG.

A apresentação de uma pauta interna específica dos TAEs no IFG mostrou a insatisfação da categoria em relação a vários itens apresentados e ao mesmo tempo

possibilitará a cobrança por mudanças efetivas dentro da instituição, e ela só foi possível devido a construção coletiva decorrente da interação entre os câmpus disponibilizada pelo sindicato. Considero essa greve um divisor de águas na construção de uma identidade da categoria no IFG.

A participação do sindicato foi importantíssima na construção e condução da greve pois, grande parcela dos TAEs que participaram do movimento grevista es-

tão no IFG a pouco tempo e não tinham noção de como conduzir uma greve. O sindicato nos deu suporte de material confeccionado como: placas, faixas, folders, camisetas, o que possibilitou a realização de ações concretas nos câmpus e na comunidade local, para além desse suporte de material, transporte, alimentação, o sindicato colocou a nossa disposição a experiência de anos de luta da categoria na UFG.

Andreia Missias Andrade de Carvalho Bibliotecária - IFG – Campus da Cidade de Goiás



O movimento paredista foi muito importante para os Técnicos Administrativos do IFG - Câmpus Cidade de Goiás, pois suscitou o debate sobre as necessidades da categoria, levantando aspectos internos e nacionais. Possibilitou a integração com os outros Câmpus em greve e com os colegas da UFG, mostrando que temos problemas em comum e que somente com a conscientização e participação ativa dos TAs, poderemos interferir efetivamente na

atuação da instituição em que estamos inseridos. A representatividade nos Conselhos e Comissões, com direito a voz e voto, é fundamental.

Acredito que internamente obtivemos ganhos com a apresentação e discussão de uma pauta construída coletivamente. Já nacionalmente, a postura do governo de ignorar nossa categoria, mostra o nível de importância dado à Educação. Antes de pertencer a uma categoria, sou uma cidadã, e nas eleições que se aproximam devo mostrar que não pactuo com o posicionamento do não diálogo, analisando muito bem o perfil e

propostas dos candidatos, para de fato, sentir-me representada.

A construção coletiva da pauta interna, bem como a apresentação e discussão da mesma junto à Reitoria, foi o nosso maior ganho. Mostramos que estamos preocupados com a garantia de uma expansão com qualidade e responsabilidade. Elencamos itens visando a melhoria das condições de trabalho, a capacitação, a ampliação dos espaços decisórios da instituição, dentre outros. A receptividade da Reitoria é inegável, porém esta discussão, que iniciou-se a partir do movimento paredista, deve ser contínua pois

alguns pontos podem ser melhorados e novos apontamentos, que amadurecemos durante o processo, devem ser colocados em pauta.

Saliento que o fato de termos dois sindicatos representando a categoria dos TAs no IFG causou certo prejuízo na mobilização. O Sint-ifesgo prestou grande apoio, subsidiando as discussões políticas e viabilizando financeiramente as atividades locais de mobilização propostas pelo Câmpus. Viabilizou também a participação de representantes da categoria nas reuniões em Goiânia e Brasília.

Um grande abraço a todos.

Uriel Rios Teixeira Assistente em Administração - IFG - Campus de Uruaçu



A Greve de 2014 até o momento não trouxe ganhos nacionais para as categorias da educação, as desarticulações entre as categorias dos Servidores Públicos Federais são notórias e enfraquece o movimento. Não houve adesão maciça das Universidades e Institutos Federais pelo país.

Neste início do período eleitoral e Copa do Mundo os contextos problemáticos vieram à tona dificultando a identificação de uma classe entre diversas lutas e denominações, miscigenando a identidade paredista.

Sob um olhar de Técnico Administrativo a recusa dos itens apresentados pelo MEC, foi um erro estratégico, considerando o

Termo de Acordo nº 2/2012 ainda vigente.

Os Sindicatos devem instigar discussões com a categoria e apresentar propostas sólidas através das Pautas de Reivindicações, a Data-Base para os Servidores Públicos Federais da Educação é uma das questões a ser dialogada com o governo sem recuo, com participação ativa da Organização Internacional do Trabalho, o que não ocorreu nesta greve.

Ainda há diversas conquistas pela frente, então vamos lutar.

O legado que esta greve de 2014 deixou: a articulação dos TAEs do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás, esta construção de identidade, representatividade, o que traz a esta categoria força política, valorização.

Neste cenário, a Pauta abriu

caminho para emancipação da categoria na Instituição. Não a segregou dentro do contexto Institucional, apenas demonstrou que a esfera administrativa deve ser tratada com a mesma atenção e cuidado dada à atividade fim. Existem demandas específicas que impactarão na boa qualidade dos serviços prestados individualmente, em equipe e pela organização.

O ensino, a pesquisa e extensão não devem ser o “jargão” para o achatamento da instância administrativa, todos profissionais constituem o elemento essencial para o sucesso institucional, sendo organização e corpo administrativo indissociáveis, atuando para atingir os objetivos pessoais e organizacionais.

É necessário que estas discussões não parem, continuem.

Basta abertura, gestão participativa e Institucionalização de uma “semana de planejamento administrativo” com calendários bimestrais para os respectivos desdobramentos; Institucionalização de Fóruns permanentes.

Diversos pontos da Pauta serão objeto de trabalho dos técnicos administrativos, o que não impediu a publicidade de seus anseios. Isso demonstra a vontade em contribuir com o fortalecimento de uma das organizações mais importantes do país: O ensino público.

Sendo a greve da categoria, parabenizo a força, organização e coragem dos técnicos administrativos do Instituto Federal de Goiás. Não perderemos o que começamos a construir, nossa identidade, lembre-se: “Unidos somos mais fortes”.

Marcelo Pereira Ramos Assistente em Administração - IFG – Campus de Anápolis



Nossa greve permitiu a aproximação entre os TAE's dos Câmpus do IFG, que não vinha ocorrendo nas greves anteriores (2011 e 2012), nas quais as unidades aderiam à greve mas permaneciam isoladas na construção das suas ações e nas suas discussões.

Naquele contexto não era dado muito destaque para o ponto de vista dos TAE's, cuja pauta era apresentada pelas lideranças na época como se resumindo apenas à questão da flexibilização da jornada de trabalho para 30 horas, que de fato se constituiu em importante conquista para a nossa categoria. Porém, outras questões de interesse da nossa categoria deixaram de ser promovidas desde então. A presença de uma entidade como o SINT-IFESgo, que

se enxerga como regional e interinstitucional, permitiu avançarmos muito na retomada dessas questões, permitindo a criação de um fórum ativo onde os Técnico-Administrativos possam debater o processo de implantação dos novos Câmpus do IFG, a estruturação da nossa carreira e a implementação dela dentro do IFG, e qual é o papel e a voz dos TAE's dentro da definição dos rumos da Instituição.

A construção de pautas internas locais nos Câmpus em greve, e de uma pauta interna conjunta que foi apresentada à Reitoria do IFG, foram os maiores avanços dos TAE's durante este movimento de greve, onde por meio de debates tanto dentro dos Câmpus, como nos encontros dos representantes feitos na sede do sindicato, buscamos identificar as questões mais importantes para os Técnico-Administrativos, onde aplicável, quais as soluções que acre-

ditamos ser as mais adequadas, e quais os problemas recorrentes aos quais exigimos respostas das Reitoria.

Durante esse período de greve, muitos colegas manifestaram a vontade de manter o debate vivo dentro dos Câmpus, através de associações de servidores, e no âmbito maior dentro do sindicato. Esta organização dos TAE's é também uma segunda vitória do nosso movimento, e acredito que o SINT-IFESgo teve um papel muito importante nessa nova conscientização política dos TAE's.

A categoria como um todo, desiludida com as políticas que vem sendo já de muitos anos impostas aos servidores públicos federais, tais como ausência de negociação coletiva e data-base, com a falta de interesse com que as mesas de negociação estabelecidas pelo acordo de greve de 2012 vinham sendo tratadas, e outras questões locais também, definiu a entrada

na greve.

As decisões durante o período da greve fora construídas coletivamente por meio das Assembleias, com direito assegurado de fala à todos os interessados, com o encaminhamento de propostas que eram votadas e, quando aprovadas, foram todas postas em prática pelo Comando de Greve, que deu total suporte às ações liberadas e abertura a todos que manifestaram interesse de participar.

As visitas contínuas aos Câmpus garantiram que o debate chegasse aos TAE's de forma que mesmo os colegas que estão a menos tempo no serviço público pudessem entender as questões que estavam sendo debatidas. E finalmente, também tenho de elogiar a forma como foi conduzida pelo SINT-IFESgo a negociação com as Reitorias, trabalhando com igual zelo e empenho na defesa da pauta dos TAE's do IFG e da UFG.

AVANÇOS NA PAUTA INTERNA DA UFG

Confira o resultado da mobilização dos trabalhadores na pauta interna da UFG

Do ponto de vista interno, em todo processo de deflagração de greve dos técnico-administrativos em educação, lotados na UFG, a categoria delibera, também, por apresentar uma pauta interna junto à reitoria. Desta vez não foi diferente e a categoria aprovou pontos importantes a serem negociados. Ao longo da greve realizamos 4 reuniões com a administração superior para discutir tais pontos. Tivemos avanços importantes para a categoria como:



1. **Recomposição da Comissão de Turnos Contínuos**, sendo indicados os novos representantes da administração conforme Portaria nº 1885 de 11 de junho de 2014. Os representantes da administração são: Prof. Geci José Pereira da Silva- PRODIRH; Prof. Paulo Henrique Jorge da Cunha – Escola de Veterinária e Zootecnia; João Batista de Deus – IESA; Profª Flávia Aparecida de Oliveira – IPTESP; Prof. Moises Ferreira da Cunha – FACE. Os representantes da categoria são: Kelle Cristina Nogueira; Regiane Miranda Santos; Fernando Cesar da Silva Mota; Fátima dos Reis e João Pires Junior. A primeira reunião foi realizada no dia 17/06.

Sabemos que esta é uma pauta difícil e enfrentaremos posições adversas, mas temos condições de avançar e ampliar o número de setores da UFG com turnos contínuos.

2. Também foram indicados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório o Prof. Geci José Pereira da Silva- PRODIRH; o diretor do DDRH Marcio Medeiros de Oliveira, compondo, ainda um representante da CIS.

3. Outro tema importante apresentado foi a questão da segurança no Campus. A categoria será representada na Comissão de Estudos Sobre a Segurança na UFG.

4. Quanto a questão da Insalubridade, será realizada licitação para contratação de empresa especializada para realização das medições do grau de risco químico e biológico dos ambientes de trabalho.

5. No que diz respeito à aquisição e fornecimento de EPI (equipamento de proteção coletiva) e EPC (equipamento de proteção coletiva), segundo a administração, também entrará em processo de compras.



6. Os Exames periódicos serão realizados no Laboratório Rômulo Rocha da Faculdade de Farmácia; No Hospital das Clínicas e no CEROF. Terão prioridades no agendamento os setores com características de risco à saúde do trabalhador. A convocação dos trabalhadores será via e-mail. Em função disso, é necessária a atualização de todos os e-mails no sistema da UFG.

7. Já na questão da oferta de vagas extras em cursos de mestrado e doutorado ministrados na UFG, a exemplo do que ocorre na UFRN, esta sendo discutido na Pró-Reitoria de Pós-graduação, devendo ser inclusos nos próximos editais. As vagas extras nos cursos de mestrados e doutorados oferecidos pela UFG serão custeadas com recursos do fundo de capacitação anual da Instituição.

8. Instituição de grupo de trabalho, coordenado pela ASCAM, com o objetivo de formular a política de comunicação integrada da Universidade com a participação de diversas unidades e órgãos.

9. Quanto a criação de mecanismos de integração entre SIAS/ Goiânia e Campus, de modo a evitar a vinda do trabalhador a Goiânia para perícias e entrega de atestados a UFG arcará com o traslado do servidor para Goiânia, desde que devidamente comprovado o agendamento e informado ao setor de logística com a antecedência mínima exigida para autorização da viagem.

10. Quanto ao recebimento de pedidos direcionados ao SIASS, a administração se comprometeu a providenciar um espaço no Campus Samambaia para recebimento dos atestados direcionados ao SIASS.

11. Quanto a realizar o dimensionamento da força de trabalho, independentemente, do vínculo empregatício (bolsistas, cedidos, terceirizados, contratados pelas fundações, entre outros), bem como o estabelecimento de um modelo de alocação de vagas para as unidades/órgãos da UFG, o DDRH elaborou projeto para estudo da força de trabalho da UFG que será apresentado à comunidade e em seguida ao CONSUNI.

A greve é um importante instrumento de luta dos trabalhadores, no entanto, a luta deve ser cotidiana e o sindicato saberá dar continuidade a este processo de negociações internas, lutando para que todas as reivindicações da categoria se tornem realidade.

EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Fátima dos Reis

Editor: Artur Dias

Texto: Artur Dias, Fátima dos Reis e João Pires Júnior

Revisão: Fátima dos Reis, Fernando Mota, João Pires Júnior e Artur Dias

Diagramação: Artur Dias

Impressão: Gráfica Vereda

Endereço das sedes:

Administrativa - 5ª Avenida, nº 1213 Setor Leste Universitário
Fone: (62) 3261-4465

Social - Rua 01, Qd. Área, Lt. 24, Chácara Califórnia
Goiânia - GO (saída para a Cidade Nova Veneza)
Fone: (62) 3205.16.63

Redes Sociais: Twitter - @SINTIFESgo / Facebook - www.facebook.com/SINT.IFESgo
Site: www.sint-ifesgo.org.br